



27/06/2016 às 05h00

## Interessados avaliam edital da Celg D para decidir sobre leilão

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo



Com a publicação do edital de privatização da Celg Distribuição (Celg D), na semana passada, os potenciais interessados no negócios iniciam, agora, a análise do documento para decidir se, e como, participarão da licitação. Se por um lado o preço mínimo foi mantido em R\$ 2,8 bilhões, apesar das críticas do setor, por outro as mudanças nas condições do contrato de concessão, instituídas pela Medida Provisória 735/2016, podem compensar o valor "alto" de aquisição.



*Claudio Sales, presidente do Acende Brasil: "[flexibilização no edital] torna ativo mais palatável economicamente"*

Para o executivo de uma elétrica potencialmente interessada no negócio, o problema continua sendo o preço. Segundo ele, em janeiro de 2015 a Eletrobras pagou apenas R\$ 59 milhões pela aquisição de 51% da Celg D. Hoje essa participação equivale a R\$ 1,4 bilhão, pelo edital da licitação. "É muita criação de valor em curto espaço de tempo. Precisamos descobrir qual foi a fórmula utilizada, ou partir da premissa de que o erro [de avaliação de valor] ocorreu quando venderam a participação para a Eletrobras".

Na ocasião da venda de 51% para a Eletrobras, porém, o negócio foi calculado considerando o fim da concessão da Celg D em meados do ano passado. Com a publicação da MP 735, o novo controlador da Celg D terá direito a um novo contrato de concessão, com 30 anos de duração.

Apesar das críticas, o executivo não descarta participar do leilão. "Não podemos deixar de olhar o negócio. Temos que estar até a última hora tentando descobrir como chegaram a esse preço. Vamos olhar, raspar o fundo do tacho para buscar geração de valor para chegar aos R\$ 2,8 bilhões".

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, diante da impossibilidade de mexer no preço mínimo estipulado, o governo buscou adequar o processo de venda da Celg D, flexibilizando os prazos para atendimento das metas da Aneel, por meio da MP 735. "É um esforço resultante da dificuldade em se mexer com o preço, para tornar a Celg D mais atrativa", afirmou. "Se você tem uma flexibilização de método ou de exigências, significa que o comprador poderá, do ponto de vista dos investimentos, diluí-los em prazo maior, tornando o ativo mais palatável em termos econômicos."

A avaliação no setor, de forma geral, é que a distribuidora possui indicadores técnicos e financeiro muito ruins, em relação à média do mercado de distribuição. No entanto, a Celg D está geograficamente situada em uma região promissora, principalmente devido ao agronegócio, com um mercado consumidor relativamente grande e com trajetória de crescimento, enquanto a média do país está em queda. Por último, a distribuidora goiana possui potencial de ganho de escala, em um momento crucial de consolidação do setor.

De acordo com o último relatório de avaliação trimestral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o desempenho da Celg D, obtido pelo **Valor**, a companhia continua alcançando resultados insuficientes em relação aos indicadores de qualidade do serviço, além de manter uma situação financeira delicada, com geração de caixa insuficiente para realizar os investimentos necessários e o serviço da dívida.

A agência destacou que os indicadores de qualidade DEC (que mede a duração das interrupções no serviço) e FEC (que mede a frequência delas) alcançados ainda estão insuficientes. No início de 2016, os indicadores mostraram "leve evolução" com melhora na comparação anual. Apesar disso, os dois indicadores estão acima do limite regulatório e do projetado pelo plano da companhia.

No fim de 2015, a dívida líquida da Celg D somava R\$ 2,77 bilhões, ante R\$ 2,19 bilhões do mesmo período de 2014. A dívida da distribuidora com Itaipu, por sua vez, tinha apresentado alta de 39,2% na comparação anual, para R\$ 1,29 bilhão.

Pelo lado positivo, a Celg D terminou 2015 com índice de perdas de 11,91%, contra 12,94% registrados no ano anterior. A empresa é a oitava maior distribuidora do país em número de consumidores, com 2,8 milhões de clientes, de acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). No ano passado, o mercado da empresa cresceu 2,5%, ante 2014, para 12 mil gigawatts-hora (GWh), enquanto a média do país teve queda de 2,1%.

De acordo com o edital de desestatização da Celg D, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o leilão vai permitir a formação de consórcios, sem limite de participantes. A licitação é aberta a empresas brasileiras, estrangeiras já autorizadas a funcionar no Brasil e estrangeiras que ainda não funcionam no país.

O processo será realizado em duas etapas. Na primeira, serão leiloadas 142,9 milhões de ações ordinárias representativas de 94,8% do capital social total da Celg-D, ao preço mínimo de R\$ 18,69 por ação. Em seguida, haverá a oferta de ações aos empregados e aposentados da Celg D, no total de 10% de participação acionária detida pela Eletrobras, com deságio de aproximadamente 10% em relação ao preço mínimo, o que dá R\$ 16,82 por ação.

Os empregados e aposentados que adquirirem ações da companhia poderão vender seus papéis ao novo controlador da empresa, após três anos da assinatura do contrato de compra e venda da empresa, previsto para 17 de outubro, caso a Celg D não tiver aberto seu capital nesse período.

"Após três anos, caso a Celg D não abra seu capital, os empregados poderão vender suas ações ao comprador pelo preço mínimo, ou seja, pelo valor de R\$ 18,69 por ação, corrigido pelo IPCA", diz o edital de licitação.

Segundo o cronograma da licitação, os concorrentes deverão entregar, em 16 de agosto, três grupos de documentos: declarações, documentos de representação e garantia de propostas; proposta econômica; e documentos de habilitação. Em 19 de agosto ocorrerá a sessão pública com abertura das propostas econômicas. Haverá etapa de lances em viva-voz entre proponentes que tiverem apresentado propostas com valores iguais ou superiores a 90% do valor da maior proposta. Depois, será aberto o envelope de habilitação da proponente classificada em primeiro lugar.

A publicação do resultado da sessão pública do leilão está prevista para 9 de setembro.